

O passado histórico português tem sido alvo de inúmeras e distintas apropriações. As lutas pelas memórias da nação, tanto no âmbito da discussão académica como no desenvolvimento de debates políticos e ideológicos, suscitam interpretações do passado muitas vezes realizadas em nome de projectos contemporâneos de sociedade. Este dossiê do *Le Monde diplomatique* – edição portuguesa pretende realizar um exercício crítico sobre estes «usos da história» que, longe de se confinarem a debates restritos, se projectam sobre formas generalizadas de entender e interpretar o mundo.

A memória dos descobrimentos, da expansão e do império colonial

Por **DIOGO RAMADA CURTO** *

É hoje um lugar-comum afirmar-se que, em Portugal, as manifestações da identidade nacional são geralmente associadas à memória do império. A estreita relação que assim se construiu entre nação e império tem antecedentes que remontam aos séculos XV e XVI, quando a memória da monarquia e dos seus servidores se confundia com a celebração (ou, por vezes, com a crítica) dos feitos imperiais. E, desde pelo menos o *Ultimatum* de 1890, as sucessivas defesas da identidade nacional traduziram-se numa série de discussões em torno de projectos coloniais e da história do império. Tais discussões têm sido protagonizadas por agentes concretos, muitos deles historiadores. Ora, para compreender as políticas e os usos da memória será sempre necessário reconstituir o sentido de tais discussões e

Foi neste quadro que se criaram institutos de investigação, patrocinaram missões científicas e organizaram exposições coloniais como a de 1934 e a de 1940. A Igreja católica surgiu como um forte aliado do novo regime, tendo os seus agentes sido seus colaboradores fiéis no plano missionário, bem como nas manipulações do passado. Por sua vez, uma antropologia colonial de carácter pretensamente prático, tal como a defendeu Mendes Correia durante quase meio século, inspirou uma difusa ideologia colonial de forte dimensão racista, onde competiria ao branco civilizar o preto – o que na prática equivalia à exploração do seu trabalho. A este respeito é significativo que, cerca de 1930, Jaime Cortesão, um dos maiores historiadores portugueses de sempre cujos ideais republicanos lhe vieram a custar o exílio, tenha incluido,

pirar nas discussões antropológicas sobre questões de aculturação e revista inicialmente um carácter de luta contra o eugenismo dos anos vinte e trinta, deixou-se seduzir pelo regime de Oliveira Salazar e alimentou algumas das construções mais abusivas do passado colonial português.

Algumas vozes, dispersas e isoladas, de historiadores e intelectuais portugueses denunciaram corajosamente essa situação. Em 1956, no longo prefácio que antecedeu uma edição da *História Trágico-Marítima*, o genial ensaísta que foi António Sérgio criticou os que glorificavam o passado colonial e uma política de conquistas representada por D. Manuel e Afonso de Albuquerque, contrapondo-lhe a necessidade de se analisar a expansão dos portugueses no contexto de uma história universal. Sérgio vinha, desde há muito, a denunciar como inútil a glorificação patrioteira das conquistas, opondo a uma política de conquista uma outra de modernização e transporte. Mas foi sob a influência dos novos programas de investigação histórica que a expansão portuguesa passou a ser vista à luz de uma história universal e comparativa.

Fugir a visões unilaterais e eurocéntricas

De forma mais exaustiva e sistemática, Vitorino Magalhães Godinho vinha, desde o início dos anos quarenta, a girar um vasto programa de renovação teórica e metodológica da história dos descobrimentos e da expansão. Antes de mais, havia que proceder à crítica das fontes (seguindo o exemplo de Duarte Leite) e à constituição de colecções documentais organizadas em função de uma problemática – precisamente para combater no terreno da análise histórica as visões mais tradicionais alicerçadas numa pseudo-erudição positivista, acarinhada por alguns círculos eclesiásticos afectos ao Estado Novo. Depois, havia que compreender as sociedades com as quais os portugueses entraram em contacto, de Marrocos ao Índico, à China e ao Sudeste Asiático, fugindo ao simplismo das visões unilaterais e eurocéntricas. Esta perspectiva bem localizada era acompanhada do estudo dos diferentes processos de expansão, no quadro dos chamados grandes «complexos histórico-geográficos», do Atlântico ao Índico e ao Pacífico. Ou seja, os vastos conhecimentos de história universal e comparativa desenvolvidos por Godinho – junto dos *Annales* – vieram dar um novo fôlego às preocupações de Sérgio pela história universal e ao «humanismo universalista» de Cortesão. Por último, para compreender o programa de Magalhães Godinho, importa não descurar o modo como sempre tem tentado reflectir, vigiar nos seus fundamentos e distanciar-se dos usos políticos da história (aspecto que se afigura bem distinto da necessidade de o historiador se assumir como um cidadão responsável).

Até aqui, as dissensões que ocorreram no período posterior à Segunda Guerra foram representadas pela oposição entre os defensores de um excepcionalismo luso-tropical, inspirado em Gilberto Freyre, e os que como António Sérgio e Magalhães Godinho aspiravam a compreender o passado nacional e imperial à luz de quadros mais vastos fundados numa

história universal e comparativa capaz de pôr em causa a retórica da glorificação das conquistas. Claro que o regime de Salazar lançou projectos – em torno de instituições como o Instituto Superior de Ciências Sociais Políticas e Ultramarinas (ISCSPU) e de eventos comemorativos – que procuraram gerar novas formas de consenso, integrando as vozes discordantes, perseguindo-as em caso de dissonância ou, pelo menos, silenciando-as. A este respeito é significativa a documentação vinda recentemente a lume acerca do modo patético como os círculos oficiais desprezaram a publicação de *A Economia dos Descobrimentos Henriquesinos*. Conviria ainda situar na mesma conjuntura a demissão política de Magalhães Godinho do referido ISCSPU.

Com o rebentar da guerra de libertação de Angola, aumentou a intolerância do regime de Salazar às interpretações que punham em causa o referido luso-tropicalismo. Charles Boxer, historiador cujo conservadorismo político e metodológico se manteve como uma constante, viu-se violentamente atacado e chegou a ser proibido de entrar em Portugal, por ter ousado analisar historicamente o racismo no âmbito do império português, discordando frontalmente dos usos políticos do passado com que os seguidores de Salazar pretendiam forjar uma ideologia colonial. Menos conhecido, mas não menos importante, foi o clima de caça às bruxas que, ao longo da década de sessenta e início dos anos setenta, se abateu em Portugal sobre os historiadores interessados no estudo das sociedades africanas e da escravatura. Alfredo Margarido, grande conhecedor das sociedades africanas colonizadas por portugueses, só no exílio em França encontrou as condições para produzir uma obra fragmentada, mas extremamente coerente, que infelizmente continua a ser votada ao ostracismo. Os trabalhos desenvolvidos pela escola de historiadores africanistas da Universidade do Wisconsin, à cabeça dos quais se encontram Jan Vansina e um dos seus principais discípulos, Joseph Miller, especialistas de Angola e da escravatura, pouco ou nenhum impacto tiveram em Portugal. Porventura, ainda mais sórdidos foram os silêncios, marginalizações e práticas de auto-censura a que foram votados historiadores, como Avêlino Teixeira da Mota e António Carreira, que trabalhavam em instituições afectas ao regime e que se interessavam pela história da escravatura.

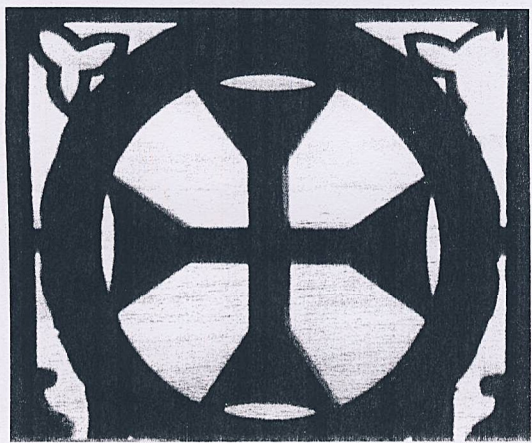
A Revolução de 1974 e o processo que levou à independência das sociedades colonizadas por portugueses tiveram enormes consequências na organização do campo de especialistas, nomeadamente de historiadores e cientistas sociais, e nas políticas da memória relativas ao passado colonial. Em primeiro lugar, será de reconhecer que, nos meios mais progressistas – incluindo o dos discípulos de Magalhães Godinho, a começar por Joaquim Romero Magalhães –, se assistiu durante mais de uma década a um esquecimento, se não mesmo a uma recusa, em estudar a história da expansão e do império. Tal como se este fosse o principal factor do bloqueio à modernização, e por isso mesmo tivesse de ser condenado ao desprezo. As perspectivas de investigação mais elaboradas e de mais forte sentido crítico permaneceram, assim, nas mãos de historiadores isolados, cujos méritos ainda se encontram

largamente por reconhecer. Na Universidade Nova de Lisboa, Jill Dias ensinou no Departamento de Antropologia, mas o seu trabalho nunca foi aproveitado pelo Departamento de História (tudo isto num momento em que um grupo de excelentes historiadores africanistas ingleses e norte-americanos prepara um volume em sua memória). Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a vasta e importante obra de Isabel Castro Henriques tarda em ser devidamente reconhecida, como só recentemente aconteceu no Instituto de Ciências Sociais com a de Valentim Alexandre. Acrescente-se, ainda, que só a partir dos finais da década de noventa Francisco Bethencourt conseguiu concretizar um projecto colectivo de fôlego reunindo estes e outros especialistas, nomeadamente norte-americanos, numa *História da Expansão Portuguesa* em cinco volumes. O carácter inovador desta obra colectiva – cuidadosamente preparada à margem das instituições oficiais mais especializadas, segundo uma perspectiva de história global e comparativa cara a Magalhães Godinho – acabou por pôr em causa o trabalho desenvolvido no interior de tais instituições.

A «Comissão dos Descobrimentos»

Em segundo lugar, há que considerar aquela que ficou conhecida como a «Comissão dos Descobrimentos», uma instituição com recursos financeiros avultados cujas orientações foram marcadas pelas personalidades de três comissários distintos. Vasco Graça Moura, escritor e ensaísta de talento indiscutível, assumiu-se acima de tudo como um político interessado em apoiar Cavaco Silva. Se o seu discurso visava projectar nos Descobrimentos os valores de modernização associados ao seu mentor político, na prática teve de se rodear dos historiadores que estavam disponíveis. O historiador da ciência náutica Luís de Albuquerque da Universidade de Coimbra, autor de numerosos trabalhos, foi um deles. O comissário seguinte foi António Manuel Hespanha, historiador do Direito, que ganhou distância em relação ao poder político e se mostrou mais à vontade entre os seus colegas de ofício, procurando diversificar apoios e projectos. Do ponto de vista científico, a sua passagem pela Comissão foi marcada por uma perspectiva mais crítica e antropológica graças aos conhecimentos relativos ao Índico da comissária-adjunta, a antropóloga Rosa Maria Perez. A grande exposição «Culturas do Índico», organizada por esta última no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, constituiu sem dúvida um dos pontos mais altos dos trabalhos da Comissão. O mesmo se aplica em relação às exposições relativas ao Brasil durante o comissariado de Romero Magalhães.

Em terceiro e último lugar, importa reconstituir as principais orientações seguidas por centros e linhas de pesquisa. Aquela que se afigura mais consistente, do ponto de vista do funcionamento de um grupo estruturado hierarquicamente, foi criada por Artur Teodoro de Matos na Universidade Nova de Lisboa, tendo beneficiado da experiência internacional e orientação científica de Luís Filipe Thomaz. A publicação de duas revistas, a responsabilidade por um programa de mestrado e doutoramento que gerou já al-



HELVIA MOREIRA | Lisboa | SXC Stock

identificar as vozes mais críticas ou mais conscientes. Pois só assim se poderão compreender as expressões mais difusas, mas também mais saudosistas, relativas às glórias pátrias ou à missão civilizadora do que lá deixámos, fugindo aos lugares-comuns que associam mecanicamente a identidade da nação à do império.

A República foi implantada em 1910 em plena discussão acerca das novas formas de escravatura, denunciadas por William Cadbury e outros, encontrando-se por estudar de que modo tal debate foi uma das causas da mudança de regime. Em 1926, na sequência da apresentação internacional do relatório do sociólogo norte-americano Edward Ross, relativo à exploração do trabalho indígena nas colónias portuguesas, multiplicaram-se as reacções e assistiu-se a uma nova mudança de regime. Gastão Souza Dias, numas memórias relativas à colonização de Moçâmedes (*África portuguesa*, Seara Nova, Lisboa, 1926) sustentou que «a grande questão da civilização africana consiste em levar o negro lentamente e sem brutalidade à prática do trabalho». Desde então, o Estado Novo beneficiou dos interesses dos mais variados sectores pelas colónias e procurou gerar uma espécie de consenso em torno da glorificação do passado nacional e colonial, ao mesmo tempo que dinamizou projectos de colonização fundados na exploração do «trabalho indígena».

entre as causas da decadência do império português no Oriente, a integração de missões nos quadros da administração do Estado colonial. É que a glorificação dos feitos gloriosos do passado colonial gerava consenso e comportava mesmo algumas tiradas racistas.

A *História de Portugal* (1928-1954) dirigida por Damião Peres, onde Jaime Cortesão colaborou extensamente ocupando-se da expansão dos portugueses, e em menor escala a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937), dirigida por António Baía, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, onde Veiga Simões escreveu, foram talvez as obras que melhor traduziram o referido consenso ao nível da produção historiográfica. Porém, após a Segunda Guerra Mundial acentuaram-se as dissensões e as clivagens. Muitos intelectuais e historiadores afectos ao regime aderiram publicamente a um discurso oficial que promovia a excepcionalidade do império português. Neste, as visões racistas foram substituídas pelas noções centrais de capacidade de adaptação, flexibilidade e mestiçagem. A violência, a coerção, o terror e o racismo como que se evaporaram dos discursos, mas não das estruturas coloniais. As categorias que passaram a estar associadas à maneira portuguesa de estar nos trópicos faziam parte de um autoproclamado luso-tropicalismo que não era bem um império colonial – e que por isso mesmo não estaria sujeito à descolonização, como acontecia com outros impérios europeus. Gilberto Freyre, cuja obra se ins-